

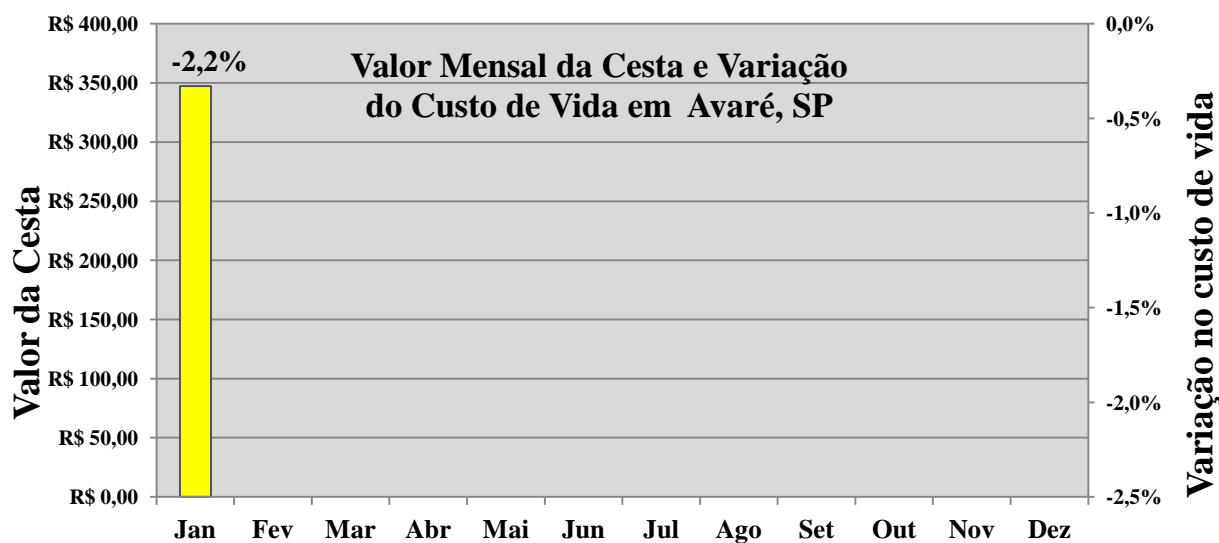
JANEIRO 2019 = -2,20%**Acumulado 2019 = -2,20%**

Em comparação com o mês anterior, o **ICV UniFSP** de Janeiro de 2019 registrou uma queda de **-2, 20%** na cesta básica da cidade de Avaré, que passou a valer **R\$ 347,29** contra R\$ 355,10 de dezembro.

De acordo com a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, realizada mensalmente pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o preço do conjunto de alimentos caiu em 9 das 18 capitais brasileiras pesquisadas.

As maiores altas ocorreram em Vitória (5,0%), João Pessoa (4,6%), Natal (3,16%) e Salvador (2,8%), enquanto as principais quedas foram observadas no Sul: Porto Alegre (-4,96%), Florianópolis (-4,43%) e Curitiba (-4,16%). A capital com a cesta mais cara foi São Paulo (R\$ 467,65), seguida pelo Rio de Janeiro (R\$ 460,46) e por Porto Alegre (R\$ 441,65). Os menores valores médios foram observados em Recife (R\$ 348,85) e Natal (R\$ 351,83).

Abaixo, valor da cesta e a variação mensal do custo de vida alimentar.



Acompanhando tendência de todo o Brasil, em janeiro de 2019, no município de Avaré, os maiores aumentos foram verificados nos preços do feijão (40,8%) e da batata (37,5%). Diminuição da área plantada e clima explicam esses comportamentos. Seguindo tendência de outras 15 capitais brasileiras, o preço do tomate também diminuiu em Avaré sendo o que apresentou a maior queda dentre os produtos pesquisados (queda de 32,7% em janeiro). Altas temperaturas aceleraram a maturação do tomate, elevando a oferta e reduzindo os seus preços.

* A metodologia de referência é a do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e leva em consideração treze produtos alimentares básicos e suas respectivas quantidades os quais seriam suficientes para o sustento e bem estar mensal de um trabalhador em idade adulta, contendo quantidades balanceadas de proteínas, calorias, ferro cálcio e fósforo. Esses valores foram definidos por região do Brasil e apresentados pela Lei n° 185 de 14 de Janeiro de 1936, regulamentada pelo Decreto Lei n° 399 de 30 de abril de 1938, ainda em vigor.